

Senador quer mudança profunda

Brasília — O Senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) entende que os legisladores brasileiros devem estudar em profundidade a greve dos metalúrgicos para reformular a estrutura social e se alcançar um correto equilíbrio entre o capital e o trabalho, assegurando a paz social.

Embora seja um dos autores do programa do PDS, o parlamentar se confessa agora disposto a apresentar diversos projetos buscando tal objetivo, procurando impedir o excesso de rotatividade de mão-de-obra, estabelecer a participação efetiva nos lucros e melhorar o nível salarial.

Lembrando a Europa

O Senador aponta, entre as falhas existentes na estrutura de salários no país, a grande diferença entre os que recebem menos no serviço público e os que ganham muito, inclusive nas empresas públicas. Cita o exemplo do seu Estado, onde uma professora recebe Cr\$ 4 mil mensais, enquanto diretores de empresa públicas chegam a ganhar 50 vezes mais, computadas as gratificações anuais.

“Na maioria dos países europeus” — lembra — “essa diferença não ultrapassa 20 vezes”.

Entende assim o parlamentar baiano que esta questão deveria ser discutida amplamente pelo Congresso Nacional, na busca de uma solução justa que permita recrutar os mais capazes para o serviço público.

Outra falha apontada é a “drástica redução” do poder aquisitivo dos que se aposentam, quando exatamente mais necessitam de assistência: “É preciso que as aposentadorias e pensões tenham um reajuste adequado e não se tornem ridículas”.

O Sr Jutahy se confessa favorável a uma política de seguros contra o desemprego, pela educação dos descendentes e a complementação das aposentadorias, e considera imprescindível que se estabeleça uma real participação nos lucros das empresas, que não pode ser confundida com gratificação de balanços. Sustenta que a participação não pode ser integrada aos salários e só deve existir quando a empresa realmente der lucro. Por isto, preconiza a individualização por empresa.

Na reformulação da estrutura social, o Senador que faz questão de destacar a preocupação do PDS com o equilíbrio entre o empregado e o empregador defende também a co-gestão.

Apresentou recentemente projeto estabelecendo que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, no âmbito da União, manterão na diretoria e conselho fiscal pelo menos um diretor e um conselheiro eleitos pela assembleia-geral entre os servidores efetivos ou contratados, com cinco anos de serviço no mínimo.

“O Estado” — diz ele — “que em certos aspectos exerce atividade econômica de empresa privada, deve dar o exemplo, cumprindo o Artigo 165 da Constituição (Item V), que assegura aos trabalhadores o direito “à integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei.” O projeto é uma contribuição para deflagrar um processo de generalização dessa medida. Essa participação não chega a ser uma co-gestão. É o início de um amplo processo. O quadro de reivindicações sociais hoje existente levará o Brasil, em breve, a formar junto com os países que adotaram a co-gestão dos negócios empresariais, como uma saída pacífica e inteligente para as grandes divergências entre patrões e empregados.”

MAI 1980